
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

O JORNAL NO SÉCULO XIX: UM ESPAÇO DE DIÁLOGOS LITERÁRIOS

Alan Victor Flor da Silva (UFPA)
alan.flor@hotmail.com

RESUMO: partir do pressuposto de que os periódicos no século XIX apresentam características de uma escrita propriamente jornalística (periodicidade, coletividade, rubricidade e atualidade) e veiculam gêneros de caráter literário (romances, romances-folhetins, crônicas, contos, poemas e ensaios críticos), objetivamos, com este trabalho, demonstrar as discussões e os debates sobre a crítica literária no estado do Pará do Oitocentos entre Marques de Carvalho, redator do periódico *A Arena*, e PLAN (pseudônimo), colunista do jornal *A Província do Pará*, a fim de demonstrar o jornal no período oitocentista como um suporte que apresenta o aspecto polifônico como uma de suas características mais evidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Marques de Carvalho; PLAN; Crítica literária.

Os jornais no século XIX, sobretudo, apresentam características de uma escrita peculiarmente jornalística, imposta pelo próprio suporte. Quando realizamos, então, pesquisas nessas folhas periódicas, devemos levar em consideração quatro princípios que, segundo Marie-Ève Thérénty (2007), definem a essência da escrita jornalística: a periodicidade, a coletividade, a rubricidade e a atualidade.

A periodicidade é uma das características mais evidentes nos jornais, pois ela reside no ritmo regular de sua aparição, que rege a vida das pessoas, as relações cotidianas, as práticas de leitura e escritura (Thérénty 2007). Desse modo, a periodicidade das folhas jornalísticas no século XIX foi um dos elementos responsáveis pela criação de novas formas literárias, como a crônica e o romance-folhetim. A coletividade, por sua vez, consiste no fato de que o jornal constitui também um negócio coletivo onde se experimenta a criação e a construção do sentido pela fusão de vozes plurais e às vezes dissonantes (Thérénty 2007). Bem mais que o romance, ele projeta um lugar autêntico de polifonia e constitui o ponto de ancoragem de uma forma de sociabilidade devido a seu modo de operação e redação (Thérénty 2007). Além da periodi-

cidade e da coletividade, a rubricidade é um princípio que se associa ao espaço do jornal e ao modo como ele restringe, em certa medida, a escrita jornalística, uma vez que o próprio suporte suscita uma escritura em tópicos ou em rubricas, onde todos aprendem a se exprimir dentro dos limites genéricos, temáticos, periódicos e dimensionais das páginas das folhas jornalísticas. O jornalista se força, então, a uma escrita fortemente normatizada e se obriga a considerar o mundo segundo uma perspectiva fracionada, que oferece a vantagem considerável de apresentar uma imagem ainda mais globalizante (Thérenty 2007). O último princípio do periódico – a atualidade – é o de obedecer à regra de atualidades de seus temas. Essa atualidade equivale, no entanto, a um lapso de tempo que compreende o que está sendo produzido, o que chegou bastante recentemente e o que ainda vai se produzir. Em outras palavras, isso significa o presente, o futuro e o passado próximos. Porém, para que a realidade se torne operante, é necessário que a atualidade do jornalista coincida com a do receptor (Thérenty 2007).

Tomando como base as normas que regem a escrita jornalística, objetivamos, com este trabalho, analisar o jornal a partir dos quatro princípios elencados por Marie-Ève Thérenty sobretudo a partir de seu aspecto polifônico, visto que a publicação de um gênero nessas folhas periódicas pode estimular e proporcionar a divulgação de outros que dialoguem entre si.

Assim como Marie-Ève Thérenty Socorro Pacífico Barbosa (2007) afirma que o jornal pode ser visto como um espaço de diálogo e de multiplicidade discursiva, onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade. Se quisermos, no entanto, observar o aspecto polifônico nos periódicos, especialmente nos do século XIX, é preciso lermos o jornal como um todo para verificar se um determinado texto, aparentemente sem muito sentido, não apresenta uma relação de significado com algum outro texto publicado no mesmo jornal (BARBOSA, 2007). Em alguns casos não muito raros, esse diálogo multivocal estabelece-se até mesmo entre textos veiculados em periódicos distintos.

Para alcançarmos o nosso objetivo de estudar o jornal a partir, sobretudo, do princípio da coletividade, apresentaremos inicialmente uma pequena história sobre o surgimento da crítica literária no Brasil durante o século XIX e depois mostraremos como a publicação de um ensaio crítico do escritor paraense João Marques de Carvalho (1866-1910) no jornal *A Arena* estimulou e inspirou, em resposta ao seu, a divulgação de outro ensaio no jornal *A Província do Pará*, assinado pelo cronista PLAN, pseudônimo de um colunista dessa folha periódica que possuía uma seção fixa (*Homens e coisas*), onde publicava textos sobre os mais diversos assuntos.

É preciso, no entanto, termos primeiramente a noção de que os trabalhos de teor crítico no Oitocentos não se comparam quase em nada aos que são produzidos hoje. Segundo Ubiratan Machado, “a crítica brasileira nasceu na imprensa, numa época em que o jornalismo ainda estava estreitamente ligado à literatura” (Machado 2010: 278). Atualmente, podemos afirmar que a crítica literária, grosso modo, rompeu os laços com o jornalismo, isolou-se entre os muros das universidades e passou a pertencer ao domínio de um público muito seletivo e especializado. No século XIX, as referências a

livros recém-publicados, porém, restringiam-se a breves comentários, sem qualquer preocupação crítica, dispersos entre notas sobre saraus, sobre recepções imperiais ou sobre a chegada de alguma personalidade distinta da Europa, como uma atriz de teatro, uma musicista ou uma bailarina (Machado 2010).

As primeiras apreciações críticas no Brasil, geralmente, eram escritas por folhetinistas, que se dedicavam a comentar as obras de seus colegas de profissão (Machado 2010). José de Alencar, por exemplo, foi um escritor que enquanto crítico literário se demonstrou inflexível na série de cartas que publicou sob pseudônimo no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856, sobre o poema *A confederação dos tamoios*, de Gonçalves de Magalhães.

Conforme Ubiratan Machado, o hábito de folhetinistas se referirem a livros recém-lançados persistiu até o final do Romantismo, quando já havia, mesmo que de forma bastante incipiente, uma crítica literária no Brasil (Machado 2010). Leonardo Mendes, por sua vez, afirma que “o aparecimento do romance naturalista no Brasil coincide com a profissionalização da crítica literária e com a expansão da imprensa, em especial no Rio de Janeiro” (2008: 193). É por volta do final do século XIX, de fato, que os primeiros críticos que inscreveram seus nomes na história da crítica literária brasileira começam a aparecer, como Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior.

Sobre o surgimento da crítica no Brasil, Brito Broca (1991) chama a atenção para o fato de que os escritores românticos, à exceção dos teatrólogos, quase não tiveram julgamentos desse gênero em sua época. De acordo com o crítico, os romances e as obras poéticas, até por volta de 1880, pouca consideração receberam dos periódicos (Broca 1991). O advento do Naturalismo, no entanto, permitiu que a crítica literária começasse a se profissionalizar, pois os romances naturalistas, gênero que se sobressaiu sobre os demais durante a vigência desse movimento estético-literário, tiveram uma repercussão muito grande na imprensa periódica, principalmente pelo escândalo que essas obras provocaram em todo o território brasileiro no final século XIX, em razão das fortes cenas licenciosas que traziam em suas páginas (Broca 1991).

Nesse período em que a crítica literária no Brasil estava se consolidando, surge uma discussão na imprensa periódica sobre o papel do crítico. Publicado inicialmente na primeira página do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 8 de outubro de 1865, o ensaio “O ideal do crítico”, de Machado de Assis, por exemplo, demonstra a preocupação do escritor brasileiro com a direção que alguns trabalhos críticos têm tomado na imprensa periódica fluminense, na segunda metade do século XIX. Nesse ensaio, Machado de Assis defende que apenas uma crítica fecunda pode ser responsável pela aparição com maior frequência de obras de grande valor, pois ela é a única capaz de reerguer os ânimos, de promover os estímulos, de guiar os estreantes e de corrigir os talentos feitos. Ainda segundo o escritor brasileiro, os novos trabalhos críticos não podem mais ser baseados no ódio, na camaradagem e na indiferença, mas na sinceridade, na solicitude e na justiça.

Do mesmo modo que Machado de Assis, Sílvio Romero (1978), por sua vez, resente-se também dos comentários que lhe têm sido repetidos diversas vezes sobre a

crítica literária brasileira, pois acredita que eles estão associados a uma ideia equivocada do que seja, de fato, o trabalho crítico no Brasil. De opinião contrária, Romero defende que a crítica é a única que pode pôr fim a velhos preconceitos e falsidades, tirar o país de sua condição de dependência e prepará-lo para um futuro melhor.

Assim como Machado de Assis e Sílvio Romero, Marques de Carvalho publica no jornal *A Arena* do dia 9 de junho de 1887 a primeira parte do ensaio crítico intitulado “Da crítica literária”, no qual se demonstra inconformado e ressentido com os poucos trabalhos de crítica literária que têm sido publicados na imprensa periódica no estado do Pará, no século XIX. Nesse ensaio, Marques de Carvalho afirma que as produções desse gênero demonstram noções antiquadas de literatura e de crítica literária, que já caíram em desuso há algum tempo. Além disso, o escritor paraense censura o tom atrevido que transparece nas linhas de alguns textos críticos, cujo conteúdo apresenta não apenas um teor pretensioso, como também banalidades ridículas e ausência de ideias novas e de observações pertinentes, que possam contribuir para o desenvolvimento da produção literária no estado.

É interessante observamos que Sílvio Romero, Machado de Assis e Marques de Carvalho eram contemporâneos e revelaram, a partir dos textos que publicaram inicialmente na imprensa jornalística, a mesma preocupação com os trabalhos de crítica literária veiculados sobretudo nas páginas de periódicos brasileiros. Esse fato demonstra como as notícias e os conteúdos divulgados em jornais, tomando como base o princípio da atualidade, proposto Marie-Ève Thérénty estão diretamente relacionados aos acontecimentos cotidianos e revelam uma situação muito comum na imprensa periódica oitocentista brasileira, pois a crítica literária no Brasil durante o século XIX ainda estava em paulatino processo de desenvolvimento, de tal modo que os primeiros a se aventurarem pela escrita desse gênero não desempenharam essa função com demasiado domínio e propriedade.

Nesse ensaio que divulgou no jornal *A Arena*, Marques de Carvalho, além de defender que a escrita desse gênero é dotada de atrevimento e anacronismos, atenta para o fato de que a crítica literária no Pará preocupa-se em corrigir erros ortográficos ou em censurar inovações formais, em detrimento de outras que são muito mais substanciais, como o estilo, a intuição filosófica e a vinculação literária.

Marques de Carvalho ainda se ressentia pelo fato de que uma obra, que exigiu de seu autor muito esforço e longas horas de dedicação e trabalho árduo, não merece em poucos instantes ser desqualificada estética e literariamente por uma crítica incipiente, inábil e improdutiva. Segundo o autor paraense, os trabalhos que se propõem a analisar qualitativamente as obras literárias podem ser indiferentes ou benéficos ao leitor e ao próprio escritor, dependendo da posição do crítico, que pode ser fecunda ou improdutiva. De acordo com Marques de Carvalho, os textos críticos que apresentam uma variedade de insultos ao escritor, por exemplo, não causam nenhuma espécie de efeito sobre o leitor, pois o crítico é logo descredibilizado, pois, em vez de cumprir sagaz e pacientemente o papel do qual foi incumbido, delonga-se a proferir ofensas ferrenhas à figura dos autores e, por conseguinte, perde de vista que seu verdadeiro foco, na realidade, é a obra literária.

Para Marques de Carvalho, os textos críticos que, por sua vez, apresentam um julgamento mais consistente, substancial e fecundo, escrito com seriedade e sensatez, já podem causar um efeito positivo tanto no leitor quanto no próprio escritor, de tal modo que o crítico pode desqualificar a obra literária sem perder o bom senso e sem agredir a figura do criticado.

Além de discorrer a respeito do efeito que um texto desse gênero pode causar no leitor, Marques de Carvalho afirma que o trabalho do crítico apresenta um alto grau de complexidade e necessita de muito conhecimento científico-literário para que se produza um julgamento que exceda o nível da vulgaridade e dos insultos.

Ao analisar a crítica no estado do Pará do século XIX, Marques de Carvalho demonstra ser um intelectual preocupado com a produção crítico-literária elaborada na região. É possível afirmarmos, portanto, que o escritor paraense tem consciência de que os julgamentos que os autores recebem da crítica podem ajudá-los a ganhar reconhecimento literário, a vender seus livros e a conquistar novos leitores, de tal modo que críticas estéreis e irresponsáveis podem prejudicar escritores que não merecem recebê-las. Nesse sentido, é possível assegurarmos também que o ensaio crítico de Marques de Carvalho é uma tentativa de conscientizar os intelectuais paraenses a produzirem críticas que sejam mais justas, férteis e sensatas, justamente para evitar avaliações equivocadas, parciais e tendenciosas.

Outro aspecto que, segundo o escritor paraense, pode contribuir para que os trabalhos críticos no estado do Pará tenham efeitos benéficos é a vinculação ao movimento naturalista. Nesse ensaio, Marques de Carvalho lamenta que sejam poucos os jovens paraenses que estavam capacitados a satisfazer as cobranças da crítica moderna, pois ainda se mantinham afiliados ao Romantismo nas duas últimas décadas do século XIX, quando nesse período afluía o Naturalismo.

Para justificar essa situação, Marques de Carvalho defende que alguns jovens conterrâneos – uma parte significativa – ainda se mantinham vinculados ao Romantismo por falta de grandes bibliotecas no estado onde pudessem conhecer a direção que a literatura daquele tempo estava seguindo e, por essa razão, desconheciam a existência do mais novo movimento estético-literário que, de acordo com o escritor paraense, abriria as portas do século XX, pois esses jovens ignoram as obras dos principais escritores que influenciaram direta ou indiretamente a instituição do Naturalismo e sua difusão pelo mundo.

No século XIX, os jornais exerciam uma função fundamental, que não se fazia presente apenas no âmbito político, como também no âmbito educativo, uma vez que, em um período em que o acesso à educação era privilégio de uma minoria, a imprensa jornalística preenchia essa deficiência, suprimindo muitas vezes a carência de escolas, de livros e de bibliotecas por meio de seus escritos (Lustosa 2003). Nesse sentido, poderíamos inferir que o argumento de Marques de Carvalho, o de que os escritores paraenses não tinham conhecimento a respeito da doutrina naturalista por falta de grandes bibliotecas, não teria muito fundamento, pois os periódicos poderiam muito bem assumir esse papel, visto que são até hoje um forte instrumento de instrução.

Porém, verificamos que os jornais que circularam por Belém nas duas últimas décadas do século XIX, como *A República*, *O Liberal do Pará*, *Diário de Belém*, *A Constituição* e *Gazeta de Notícias*, traziam poucos artigos sobre Émile Zola e sobre o Naturalismo. Os poucos que foram encontrados não se aprofundaram muito no assunto, de tal modo que se restringiram apenas a comentários breves. Dessa forma, podemos afirmar que os moços paraenses, de fato, não podiam usufruir de muitos meios para tomar conhecimento acerca do movimento naturalista e da crítica moderna.

Além de exaltar o Naturalismo como o mais novo período estético-literário do momento, Marques de Carvalho lamenta o fato de que a leitura no estado do Pará durante o século XIX restringe-se a alguns romances antigos, sobretudo os franceses, como *Paulo e Virgínia*, de Bernardin Saint-Pierre, cuja primeira publicação saiu em 1788, e *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho, lançado inicialmente em 1848.

Na cidade de Belém do século XIX, as obras traduzidas de escritores franceses, como Ponson du Terrail, Eugène Sue e Xavier de Montépin, além do famosíssimo romancista espanhol Enrique Pérez Escrich, circulavam tanto nas páginas de livros, como atestam os anúncios de venda de livros publicados em jornais do século XIX, quanto nas páginas da imprensa periódica, sobretudo na coluna *Folhetim*.

Considerando os apontamentos de Marques de Carvalho, a crítica moderna à qual o escritor paraense se refere deveria se voltar a partir das duas últimas décadas do século XIX para os novos rumos que a literatura vinha tomando, a fim de satisfazer as novas exigências das obras que seguem uma nova direção científico-filosófica, baseadas na observação atenta e na representação fiel da realidade.

Pelo teor de seu conteúdo, o ensaio crítico de Marques de Carvalho – “Da crítica literária” – não passou despercebido. No dia 17 de junho de 1887, PLAN lança um artigo na coluna *Homens e coisas* do jornal *A Província do Pará* em resposta ao do redator do periódico *A Arena*. Segundo o colunista, esse artigo não passa de uma conversa cordial com o ilustre amigo e colega Marques de Carvalho.

PLAN inicia o diálogo afirmando que o encanto que o redator do periódico *A Arena* criou por Émile Zola transformou-se em obsessão, visto que o escritor paraense acredita que as críticas que lhe foram dirigidas se manifestaram em razão de sua filiação ao movimento naturalista, quando, na verdade, se devem a questões que fogem ao âmbito literário e estão relacionadas à própria individualidade de Marques de Carvalho. Segundo PLAN, essas críticas destinadas ao escritor paraense são provenientes de pessoas de escassa nobreza e de espírito pouco elevado e não passam de insultos grosseiros.

Outro ponto que PLAN rebate em seu artigo diz respeito à presença de uma crítica literária no Pará no século XIX. O colunista afirma que não sabe por que Marques de Carvalho se queixa de não haver trabalhos críticos de qualidade no estado, uma vez que a resposta para essa pergunta parece-lhe muito óbvia. Segundo ele, nessa parte do país não há crítica literária, visto que também não há literatura. Para PLAN, a produção literária no estado é pouco expressiva, pois se resume basicamente “a

traduções das poesias de Campoamor, a pequenos contos escritos sobre a perna, a ensaios literários, enfim” (PLAN, *A Província do Pará*, 17 jun. 1887, p. 3).

Além de defender que no estado não havia crítica literária nem literatura, PLAN critica Marques de Carvalho por inserir ao lado de Eugène Sue nomes como os de Ponson du Terrail e Xavier de Montépin e por considerar o romance *Paulo e Virgínia*, de Bernardin Saint-Pierre, piegas e falso. Segundo o colunista, o escritor paraense, para fazer uma crítica mais justa, não podia cometer a injustiça de apreciar como boas apenas as obras naturalistas.

No periódico *A Arena* do dia 19 de junho de 1887, Marques de Carvalho, em resposta ao artigo de PLAN, publica a segunda parte de seu ensaio crítico – “Da crítica literária”. O primeiro aspecto que o escritor paraense discute diz respeito à sua admiração por Émile Zola. Por acreditar que o movimento naturalista é a mais promissora orientação literária do final do século XIX, Marques de Carvalho exalta a figura de Zola como um talentoso escritor e defende convictamente que o Naturalismo é resultado da Evolução e a única forma pela qual a literatura contemporânea poderia atender às exigências dos leitores e dos críticos de seu tempo.

No ensaio crítico publicado no jornal *A Arena*, Marques de Carvalho tenta justificar o fato de que sua filiação ao movimento naturalista não se deve apenas pela admiração que sente pelo talento de Émile Zola, mas também pela conclusão a que chegou depois de muita reflexão acerca de questões que envolvem a literatura. Porém, ainda que o escritor paraense não tenha assumido sua obsessão, o Naturalismo, assim como afirma PLAN, tem lhe feito enxergar toda e qualquer produção ficcional, independente do período de publicação ou da filiação estético-literária, à luz das máximas do romance experimental, sobretudo a do senso do real. Prova disso é sua apreciação sobre o romance *Paulo e Virgínia*.

Marques de Carvalho afirma que *Paulo e Virgínia*, embora seja uma leitura que lhe tenha agradado nos tempos de sua juventude, é um livro “piegas e falso”, pois não segue as máximas do romance experimental, cujas páginas devem ser impregnadas de realidade e verdade. É também por essa razão que o redator do jornal *A Arena* censura todas as obras que se enquadram dentro da estética romântica. Assim como Émile Zola, Marques de Carvalho, seguindo os passos de seu grande mestre, critica todas as obras que fogem aos princípios do Naturalismo, parâmetro eleito pelo próprio escritor para julgá-las. É possível percebermos, portanto, que a fidelidade e devoção de Marques de Carvalho a esse movimento estético-literário é tão grande que ele próprio chega a afirmar que uma das máximas da escola naturalista – o senso do real – é o farol que o guia “nas grandes tenebrosidades perigosíssimas da literatura”.

O romance de Bernardin de Saint-Pierre foi publicado em 1787, um século antes da publicação do ensaio “Da crítica literária” no jornal *A Arena*. Desse modo, poderíamos pensar que Marques de Carvalho estava tão deslumbrado com o Naturalismo que, caindo em anacronismos, criticou uma obra como *Paulo e Virgínia*, lançada muito antes da criação desse movimento estético-literário, tomando como base as máximas do romance experimental. Pelo menos, é por essa razão que PLAN afirma que

Marques de Carvalho precisa pôr de lado as amarras literárias para poder fazer uma crítica mais justa, visto que uma obra, segundo o colunista do jornal *A Província do Pará*, não pode perder seu mérito e seu valor literário apenas porque não é naturalista e, conseqüentemente, não traduz fielmente a realidade.

Porém, de acordo com o princípio de atualidade referente aos jornais do século XIX, proposto por Marie-Ève Thérénty não podemos perder de vista que a atualidade do jornalista deve coincidir com a do leitor do jornal. Desse modo, por mais que o romance *Paulo e Virgínia* tenha sido publicado no Setecentos, é necessário compreendermos que a crítica de Marques de Carvalho a ele repercute porque essa obra, depois de mais de um século da data de publicação, ainda continuava caindo no gosto de uma parte significativa dos leitores belenenses oitocentistas. Além disso, devemos considerar que ela, embora não tenha sido escrita durante o Romantismo, apresenta uma configuração romântica e, por essa razão, é alvo de uma apreciação negativa produzida por um escritor que procura seguir à risca as máximas do romance experimental.

Outro aspecto do ensaio crítico do redator do periódico *A Arena* diz respeito à literatura paraense. Marques de Carvalho rebate a ideia do colunista do jornal *A Província do Pará* de que não há uma literatura no estado do Pará. Para Marques de Carvalho, a existência de uma literatura paraense é uma manifestação literária inegável e está relacionada ao fato de que havia no Pará do final do século XIX obras de escritores que nasceram no estado, como Vilhena Alves, Paulino de Brito e Teodorico Magno. Desse modo, podemos afirmar que o redator do periódico *A Arena* está tentando em seu ensaio crítico criar um conjunto de obras que representem e legitimem a literatura paraense.

Antes de finalizar o ensaio crítico, Marques de Carvalho reitera a presença de uma literatura paraense e ressalta que há uma manifestação literária no Pará não apenas porque há obras assinadas por autores paraenses, mas também porque o estado apresenta escritores capazes de produzir trabalhos de grande excelência – tanto em verso quanto em prosa. Nesse sentido, é possível observarmos que Marques de Carvalho preocupa-se em deixar claro que a valorização da literatura paraense não está relacionada a um sentimento de pertença ao estado onde nasceu, mas sim à qualidade literária que as obras assinadas por escritores conterrâneos geralmente apresentam.

Sabemos que Marques de Carvalho concebe o Naturalismo como a orientação que o guia diante das mais novas manifestações literárias do momento, de tal modo que o senso do real é uma das máximas naturalistas que o escritor paraense elegeu como parâmetro para julgar criticamente as obras recém-lançadas. No que tange, porém, à literatura paraense, parece que esse critério não é fielmente seguido, pois o próprio Marques de Carvalho afirma que há bons escritores românticos no estado do Pará no século XIX produzindo textos literários de excelente qualidade.

Segundo Marques de Carvalho, um exemplo de obra de apreciável valor literário é o romance *O homem das serenatas*, de seu amigo Paulino de Brito, publicado primei-

ramente na coluna *Folhetim* do jornal *Diário de Belém* a partir do dia 1º de janeiro de 1882. Trata-se até o presente momento da primeira obra do gênero romanesco a ser produzida no estado do Pará. O periódico no qual esse romance foi divulgado lançou uma nota elevando as qualidades do trabalho literário de Paulino de Brito.

Começamos a dar hoje publicidade a um pequeno romance *O homem das serenatas*, original do nosso distinto colaborador Sr. Paulino de Brito.

O público conhece o estilo fluente e agradável do Sr. P. de Brito e o modo porque trata ele os assuntos de que se ocupa, por isso limitamo-nos a chamar para essa bela produção a atenção dos nossos dignos leitores. (*Diário de Belém*, 01 jan. 1882, p. 2)

Na coluna *Letras e Artes* do jornal *Diário de Belém*, nos dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 1885, sempre na segunda página, Marques de Carvalho publicou um ensaio em regime seriado, sob o título *Paulino de Brito*. Nesse ensaio, Marques de Carvalho, embora aponte alguns defeitos presentes no romance de seu amigo, afirma que a obra *O homem das serenatas* é uma produção literária de boa qualidade.

Para Marques de Carvalho, o romance *O homem das serenatas* apresenta alguns defeitos, pois em determinadas passagens da obra não representa fielmente a realidade, um dos princípios básicos da estética naturalista. Marques de Carvalho, porém, revela que as falhas da obra não a desqualificam literariamente, sobretudo pelo fato de que essa produção romanesca de Paulino de Brito marca a estreia do escritor na composição desse gênero, uma tentativa que indica que as próximas obras produzidas pelo escritor manauense apresentariam supostamente as mais perfeitas qualidades.

Ao referir-se, no entanto, à obra *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre, em seu ensaio crítico publicado no periódico *A Arena*, Marques de Carvalho afirma que esse romance não apresenta relação nenhuma com o real ou com o verdadeiro e, por essa razão, considera-o piegas de falso. É possível inferir, então, que o escritor paraense foi condescendente com Paulino de Brito, pois a obra *O homem das serenatas*, segundo o próprio Marques de Carvalho, também não representa fielmente a realidade.

Considerando a trajetória do escritor paraense na imprensa periódica belenense oitocentista, podemos afirmar que Marques de Carvalho, tomando como base o que defende Roger Chartier (1999), procura não apenas se adaptar às inúmeras situações que envolvem o ambiente social da produção literária, como também busca, a partir dos instrumentos e dos espaços que lhes estão disponíveis, contorná-las ou modificá-las a fim de exercer influência sobre elas.

O diálogo estabelecido entre Marques de Carvalho e PLAN, portanto, demonstra que a escrita jornalística apresenta uma linguagem específica determinada pelo próprio suporte material, como bem afirmam Marie-Ève Thérenty (2007) e Socorro Pacífico Barbosa (2007). O ensaio crítico do redator do jornal *A Arena*, por exemplo, serviu para incitar o colunista do jornal *A Província do Pará* a discutir, a partir do posi-

cionamento do escritor paraense, questões relacionadas à crítica e à produção literária no estado do Pará, no final do século XIX, contrapondo-se muitas vezes às ideias e aos argumentos de Marques de Carvalho. O artigo publicado na coluna *Homens e coisas*, por sua vez, impulsionou o escritor paraense a defender-se das acusações que recebeu de PLAN e a reiterar opiniões muitas vezes sacralizadas.

Para encerrarmos por enquanto essa discussão, é necessário levarmos ainda em consideração que os ensaios críticos de Marques de Carvalho e PLAN foram publicados na imprensa periódica belenense oitocentista e, conseqüentemente, podem ser lidos por qualquer leitor, cuja figura, preliminarmente, antes mesmo de o texto começar a ser materializado, é uma das primeiras instâncias a interferir no trabalho do escritor e, por conseguinte, na composição dos textos. Nesse sentido, podemos afirmar que os argumentos do redator do jornal *A Arena* e do colunista do jornal *A Província do Pará* não foram elaborados para convencer o adversário, cuja posição já está muito bem definida e arraigada, mas para conquistar a adesão dos leitores que se dispuseram a acompanhar esse embate literário entre Marques de Carvalho e PLAN na imprensa periódica belenense oitocentista até o fim.

OBRAS CITADAS

ASSIS, Machado de. *O ideal do crítico. Obra completa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 3: 798-801.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa periódica no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas: EdUNICAMP, 1991.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitoras, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: EdUnb, 1999.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária durante o Romantismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

MENDES, Leonardo. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil, 1880-90. *Letras & Letras (Uberlândia)* 24: 189-207, 2008.

ROMERO, Sílvio. A função da crítica. Antonio Candido, org. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien: poétiques journalistiques au XIX^e siècle*. Paris: Seuil, 2007.

ZOLA, Émile. *Do romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário; Edusp, 1995.

——. O romance experimental. *O romance experimental e o Naturalismo no teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

THE NEWSPAPER IN THE NINETEETH CENTURY: A PLACE OF LITERARY DIALOGUES

ABSTRACT: Assuming that the journals in the nineteenth century have a proper journalistic writing (periodicity, collectivity, effect-section and topicality) and convey literary genres (novels, serial novels, chronicles, short stories, poems and critical essays), the purpose of this work is to demonstrate the discussions and debates on literary criticism in the state of Pará in the nineteenth century between Marques de Carvalho, editor of the journal *A Arena* (The Arena), and PLAN (pseudonym), columnist for *A Província do Pará* (The Province of Pará), to show the nineteenth century newspaper as a support that presents the polyphonic aspect as one of its salient features.

KEYWORDS: Marques de Carvalho; PLAN; Literary criticism.

Recebido em 28 de julho de 2014; aprovado em 20 de dezembro de 2014.